

## IMPEDIR A ALIENAÇÃO DE PATRIMÓNIO ARTÍSTICO EM PORTUGAL

*junte-se ao movimento de cidadania*

Como temia, não obstante a nossa petição contar já com 7500 assinaturas (em tempo recorde, registre-se - apenas 12 dias) confirma-se a decisão de venda de 85 obras de Miró (que vem na sequência de o anterior Secretário de Estado ter deixado sair do país uma obra de Carlo Crivelli - naquilo que foi, penso, um teste à resposta dos cidadãos quando confrontados com a alienação de bens artísticos e culturais, preparatória da decisão relativa à venda das obras de Miró). Ora isto é apenas um passo mais, para que se entre numa nova fase de relação entre o governo do país e as suas colecções de arte: passarem a ser vistas como um activo financeiro igual a qualquer outro, passível de ser alienado consoante as necessidades de cada momento. Não importará de que se trata, desde que possa ser vendido e renda algo ao Estado e aos seus intermediários, directos e indirectos (que os haverá, por certo). Ora, se a questão colocando-se ao nível do património português é gravíssima, o que estes senhores não percebem é que estão a abrir uma caixa de pandora com consequências inimagináveis para a humanidade. Dito assim, pode parecer exagero mas, se atentarmos bem ao que está em causa, talvez seja dizer pouco. Ou estamos perante um acto de pura ignorância e irresponsabilidade ou o caso é ainda mais horrífico: insere-se numa lógica de estupidificação de massas há muito em curso pelos que advogam uma sociedade da apatia, sem cultura nem chama, sem vontade nem acção.

É que, a partir daqui, qualquer estado que tenha problemas (pequenos ou grandes) económicos pode, sem quaisquer escrúpulos, olhar para o seu património artístico como coisa vendável, transacionável, como um qualquer activo financeiro passível de alienação a preço de saldo e por "grosso", por "atacado", em conjunto num qualquer leilão. O mundo, tal como o conhecemos, deixará de ser o mesmo. Os centros artísticos serão deslocados para as economias mais pujantes. Isso já está em curso, aliás. Basta ver o que se prepara em Abu Dhabi, por exemplo, onde um mega condomínio de luxo, com milhares de casas (a partir de 1,5 milhões de euros) à venda para super-ricos na artificial e exclusiva ilha de Saadiyat, onde se irão montar os maiores museus do mundo, dez vezes maiores do que os originais (que lhes emprestam o nome e colecções), Louvre e Guggenheim. Estive lá, há 2 anos, e percebi do que se trata, afinal: de um espaço tão fantástico quanto inacessível será à generalidade dos cidadãos do mundo. Não apenas aos muitos que já foram colocados fora dos circuitos ocidentais de arte e cultura. Agora, será também vedado o acesso à generalidade dos cidadãos ocidentais. As obras de arte sendo deslocalizadas para novos e cada vez mais inacessíveis centros de decisão e de poder.

Eu tinha pensado, tinha mesmo decidido, que a minha acção no que diz respeito a esta causa (de suspensão da venda das obras de Miró) terminaria hoje, com o resultado, fosse qual fosse, desse sufrágio parlamentar e com as recomendações de acção política que fiz questão de deixar aos deputados que levaram o assunto ao Parlamento. Isso mesmo dei conta a uma jornalista do Expresso, ontem. Isto porque pensei que o que haveria a fazer a seguir seria algo mais na esfera restrita dos juristas e dos partidos políticos. Todavia, porque recebi muitas mensagens de apoio apelando a que continuasse este movimento e, por outro lado, porque entretanto veio hoje a público a confirmação das minhas piores suspeitas, coloquei-me, pois, perante a seguinte questão: É este o cenário que queremos? Eu não quero, certamente. Daí que tenha decidido avançar mais com a petição que visa suspender este processo de venda de

património artístico e cultural de Portugal, procurando prevenir também futuras vendas de património, e submete-la às instâncias internacionais, a começar na UE e na UNESCO. Claro que para isto ser consequente, será necessário contar com o apoio e acção dos eurodeputados, desde logo os portugueses, o que já estará em marcha. Mas, especialmente, será necessário apelar a um movimento de cidadania mais vasto e internacional. Para isso ser possível, precisarei da colaboração de todos os que, podendo e querendo, aceitem este desafio: auxiliar na tradução da petição e demais textos para o maior número de idiomas; divulga-la, o mais possível, junto dos cidadãos portugueses e estrangeiros e, claro, assinar a petição.

Carlos Cabral Nunes | Casa da Liberdade – Mário Cesariny

17 de Janeiro de 2014 – *dia em que passam 76 anos sobre a 1ª Exposição Internacional do Surrealismo, em Paris e no qual, hoje, se votou e chumbou no Parlamento Português, duas propostas que visavam suspender a venda de 85 obras de Joan Miró.*